

NOTAS E INFORMAÇÕES

O ano de 1991 começa hoje, para muitos, sob o signo do pessimismo e da incerteza. Resta saber a quem pode servir essa desesperança. O que não quer dizer, necessariamente, a inevitável queda no fosso do desânimo nem o mergulho no mar revolto da falta de perspectivas.

Ao contrário, sacrifício e trabalho devem ser canalizados no esforço comum do grande empurrão capaz de tirar o País do atoleiro da crise em que se encontra.

A tarefa hercúlea é de toda a sociedade, mas, evidentemente, alguns de seus membros têm responsabilidades maiores em sua realização. É o caso dos novos governadores estaduais, eleitos pela confiança da maioria absoluta do eleitorado, que tomarão posse num quadro de dificuldades. Para eles, vale a palavra de um colega que sai, Álvaro Dias, do Paraná, cuja lição é simples: governar, nos dias de hoje, não é tocar obras, mas administrar carências, evitando o acúmulo do custo dos desperdícios para o futuro. Se se transformarem em gestores rigorosos das contas públicas sob sua responsabilidade, os governadores terão dado contribuição inestimável ao esforço nacional para sair da crise.

Em seus pronunciamentos de fim de ano, o presidente da República tem transmitido à sociedade a impressão de estar bem a par do quinhão a ser oferecido pelo governo federal, por ele chefiado, no empenho comum de tirar o Brasil do atoleiro. Desde a campanha presi-

dencial de 1989, S. Exa. tem manifestado a vontade política majoritária nacional de encontrar a sintonia fina entre o que se faz no interior de nossas fronteiras e o que já foi aprovado no mundo desenvolvido.

O Brasil quer — e o presidente da República tem sido o porta-voz dessa certeza — entrar no Primeiro Mundo sem ter de pedir licença a ninguém.

Acontece que, para isso ocorrer, não basta comungar das melhores intenções. Esta caminhada que parte do atraso e da improdutividade para chegar à eficiência e à prosperidade requer esforço concentrado e coordenado, impossível de se realizar sem o abandono de velhos preconceitos corporativistas e obsoletas ilusões nacionalistas. A difícil missão do presidente Fernando Collor na remoção dos obstáculos nesse caminho passa pela efetivação da privatização de empresas estatais e pela reforma em profundidade dos hábitos e práticas da máquina pública federal. Há um exemplo bem próximo: Patrício Ailwin, no Chile, manteve a política econômica do regime militar de Pinochet, por estar alinhado com o pensamento social-democrata mais moderno, nutrido pela experiência bem-sucedida de François Mitterrand na França e pelo êxito evidente de Felipe González, na Espanha, sem dizer da inspiração de Margaret Thatcher, na Inglaterra.

EX-LIBRIS
O ESTADO DE S. PAULO

Para eliminar todas as barreiras que podem impedir essa marcha, o presidente precisa também se investir de humildade para perceber alguns descompassos ainda existentes entre seu pensamento privativista e a prática administrativa ainda viciada de estatismo de alguns membros de seu governo. O objetivo de se abrir o mercado brasileiro à iniciativa individual e ao empreendedorismo empresarial não é compatível com certo ranço nacionalista mani-

festado por algumas autoridades da área econômica federal com relação à atividade de empresas multinacionais. O discurso populista da exposição permanente de setores do empresariado à execração pública também não guarda coerência com a positiva desregulamentação de atividades econômicas.

No ano de 1990, o Leviatã estatal brasileiro não perdeu nenhum de seus tentáculos no anunciado — mas não realizado — programa de privatização. Mas o ano terminou com renovadas esperanças de que, em 1991, o processo ande, simultaneamente com uma política mais corajosa na área de Ciência e Tecnologia. A reserva de mercado na informática é um exotismo malsão que precisa ser extirpado das práticas comerciais brasileiras, sob pena de se impedir, definitivamente, o acesso do País ao clube das nações prósperas ou, no mínimo, empenhadas em conquistar a prosperidade.

Insiste o presidente Fernando Collor em que o objetivo máximo de sua gestão continuarão sendo, em 1991, o combate sem tréguas à inflação. Deve-se reconhecer a sensatez dessa insistência, muito embora se possa aceitar alguma necessária retificação de curso, desde que isso seja exigido pelas circunstâncias. A passagem de ano, por permitir balanço e avaliação de trabalho cumprido ou cronograma de missão por cumprir, deixa de ser mera convenção de calendário e favorece necessárias modificações de rumo. O começo de 1991 é a época adequada para o presidente da República promover uma reforma ministerial, adequando sua equipe administrativa à nova realidade e às necessidades, acrescentadas por tudo o que ocorreu em 1990.

O ano-novo é o tempo certo para o governo federal saldar a antiga e volumosa dívida social do Estado com a nação brasileira. Embora não possa descuidar da crise econômica, o governo federal precisa dedicar o melhor de seu engenho e de sua força na tentativa de corrigir as distorções estruturais que comprometem dois serviços públicos essenciais ao cidadão: a Educação e a Saúde. Se 1991 é o ponto de partida da marcha do Brasil no rumo do Primeiro Mundo, precisa ser o ano da Educação e da Saúde, pois agentes econômicos doentes e sem instrução não conseguirão produzir com qualidade e quantidade, exigências primordiais para o acesso à prosperidade, no mundo novo em construção.